

## Dimensões, Interfaces e Práticas de Avaliação de Políticas Públicas

Ana Cristina Brito Arcoverde (Organizadora)  
Editora UFPE, 2014. 568 p.

Nesta publicação intitulada *Dimensões, Interfaces e Práticas de Avaliação de Políticas Públicas*, é possível encontrar, de forma sistemática e organizada em vinte e oito capítulos, a produção de conhecimento oriundo, nos dois primeiros trabalhos, de conferências e nos vinte e seis subsequentes de sistematizações de experiências de avaliação de políticas públicas, focalizando suas dimensões, interfaces e práticas de diferentes lugares, autores e instituições que planejam, implementam e avaliam suas políticas sob múltiplas perspectivas e olhares.

No capítulo *Experiencias de evaluación de políticas públicas y la necesidad de formación de redes por medio de la cooperación internacional*, a autora colombiana nos oferece contribuição significativa sobre a avaliação de políticas públicas como ferramenta para encarar os principais objetivos dos governos democráticos contemporâneos: “*comprender o que sucede para explicarlo a la sociedad y para controlar las actividades que realizan*”. (DURAN, 1999, p.170-172). Afirma que para avaliar uma política pública é necessário medir seus efeitos em função de critérios bem definidos para emitir um juízo de valor sobre estes efeitos sejam eles exitosos ou perversos, diretos ou indiretos, induzidos a curto ou a longo prazo (JACOB, 2009, p. 231). Nessa direção, o artigo apresenta algumas tipologias ou modelos de avaliação de políticas públicas como marco de referência. A autora explora algumas experiências de avaliação de políticas públicas, destacando o caso da política de contingentes de trabalhadores colombianos na Espanha, na qual existe o componente de cooperação ao desenvolvimento por meio de redes. Ainda descreve algumas experiências de cooperação internacional que funcionam por meio da formação de redes e acrescenta algumas reflexões pessoais conclusivas.

No segundo artigo, *Avaliação e cooperação internacional: a necessidade de formação de redes*, a autora defende a necessidade de formação de redes como pressuposto para refletir sobre avaliação e suas experiências. Ela constrói sua reflexão a partir de vivências e práticas da avaliação, de certa maneira bastante otimista, porque tem realizado experiências no campo das políticas sociais, no campo das políticas públicas, em muitos programas, e muitas propostas que vêm emergindo contêm, na sua própria formulação, a explicitação da necessidade da avaliação. Para ela, o trabalho acadêmico de construção de conhecimento e, especificamente, do desenvolvimento de práticas avaliativas exige, necessariamente, o uso de equipes e de redes de intercâmbio e interlocução. Para tanto, se impõe criar e desenvolver uma cultura que considera a avaliação parte do movimento das políticas públicas. E afirma: “a avaliação não é estranha às políticas públicas, mas um movimento constitutivo de seu processo” (SILVA, 2008a). Toda política pública é iniciada com uma questão colocada por sujeitos sociais numa sociedade, num dado momento conjuntural, seguindo-se do levantamento

de alternativas que orientam a formulação da política e do programa, e de sua implementação. O processo de construção da política pública, reforça a autora, é perpassado pela avaliação, então, constitutiva da própria política pública. Depois da década de 80, algumas instituições financiadoras passaram a condicionar o financiamento de projetos à realização de avaliação dos projetos apoiados por elas, embora o interesse maior ficasse restrito à eficiência e à eficácia alcançadas, sem maiores preocupações com a efetividade. A autora incorpora ao capítulo sua experiência com prática avaliativa desenvolvida em rede pelo grupo de pesquisa que ela coordena – o GAEP – na UFMA, deixando claro sua concepção de avaliação e seu entendimento de Rede “mecanismo de articulação de um coletivo de pesquisadores para a construção e disseminação do conhecimento, e a avaliação como uma modalidade de pesquisa social aplicada”.

Os vinte e seis capítulos seguintes desenvolvem o eixo modelos e experiências de avaliação, e abordam a avaliação política e a avaliação de políticas públicas por meio de experiências, explorando as dimensões, suas interfaces com o lugar, seja ele local, estadual, macrorregional, nacional e em Portugal, e com as instituições nas quais os autores trabalham como profissionais e pesquisadores. As experiências de avaliação acontecem em instituições públicas e públicas federais prioritariamente e que incorporaram, no planejamento, execução e avaliação, a avaliação em profundidade de suas políticas, programas e projetos em diferentes campos de atuação: educação, educação profissional e tecnológica, economia solidária, iniciativa de novas oportunidades, mediação da justiça, assistência social, Bolsa Família, turismo, ensino, desenvolvimento rural, saúde, qualidade da informação, microcrédito, dentre outros. Cada capítulo explora de forma crítica o papel do Estado na formulação, implementação e avaliação de suas políticas públicas, mas também as racionalidades públicas quanto aos fins, valores, aparato legal, desenho institucional, e chamam a atenção para o papel da avaliação como elemento estruturante do debate democrático. Além do enfoque na gestão, métodos e modelos de avaliação, os conteúdos trabalhados nos capítulos sinalizam para o processo de institucionalização e materialização das políticas e da avaliação, os interesses e intenções dos atores em jogo, os sentidos das ações, a capacidade das políticas garantirem os direitos sociais nas diferentes fases processuais da política e de sua avaliação. Nesse sentido, chamam a atenção para a garantia da participação ampla na política e para o princípio da intersetorialidade como possibilidade de concretizar a política pública comprometida com as necessidades sociais. As experiências avaliadas indicam os limites, as possibilidades, as mudanças processadas por cada política concretizada, os resultados obtidos, os seus impactos, e a necessidade de preencher lacunas. Seja na avaliação de políticas ou na pesquisa avaliativa, procuram interfaces com outras disciplinas ao articularem avaliação com antropologia, direito, psicologia, sociologia, dentre outras áreas do saber, utilizando procedimentos metodológicos quantitativos, compreensivos, etnográficos, hermenêuticos, críticos, dentre outros. Das conclusões a que chegam os autores, duas merecem ser pontuadas: a dificuldade de realizar avaliações de efetividade das políticas públicas; e materializar as propostas da política pública na prática.